

DIREITO E JUSTIÇA

Estudos dedicados ao
Professor Doutor

**Luís Alberto
Carvalho Fernandes**

DIREITO E JUSTIÇA

REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Propriedade: Universidade Católica Portuguesa
Faculdade de Direito

Fundador

João de Castro Mendes

Antigos Directores

João de Castro Mendes
Mário Júlio de Almeida Costa
António de Sousa Franco
Germano Marques da Silva
Rui Medeiros

Redacção e Administração

Faculdade de Direito
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima
1649-023 Lisboa
Telef.: 21 721 41 76
Fax: 21 721 41 77

Toda a correspondência destinada à revista – incluindo pedidos de assinatura, pagamentos e alterações de endereço – deve ser dirigida a:

FACULDADE DE DIREITO
Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima
1649-023 Lisboa

Execução Gráfica

SerSillito-Empresa Gráfica, Lda.
Tiragem: 300 ex.
Depósito legal n.º 125771/98
ISSN: 0871-0336
ISBN: 978-972-54-0312-9

Editora

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa
Tel.: 21 721 40 20 – Fax: 21 721 40 29
uce@uceditora.ucp.pt – www.uceditora.ucp.pt

Estudos dedicados ao
Professor Doutor

**Luís Alberto
Carvalho Fernandes**

Volume I



UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA
Lisboa 2011

Plano da Obra

VOLUME I

ADELAIDE MENEZES LEITÃO

Responsabilidade dos administradores para com a sociedade e os credores sociais por violação de normas de protecção

ALBINO MENDES BAPTISTA

Treinadores profissionais: Aplicação do regime laboral comum ou do regime dos praticantes desportivos – duas maneiras simplistas de ver a mesma realidade?

ALEXANDRE LIBÓRIO DIAS PEREIRA

A duração dos direitos de autor e conexos

ANA FILIPA MORAIS ANTUNES

Os novos desafios da venda a retro

ANTÓNIO A. CARDOSO GUEDES

Nótula sobre a noção de partes integrantes

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO

Da reprodução de fonogramas sem autorização do produtor perante o Direito português vigente

ANTÓNIO NUNES CARVALHO

Notas sobre o regime da retribuição no Código do Trabalho (conceito de retribuição e complementos retributivos)

ANTÓNIO PINTO MONTEIRO

As cláusulas limitativas e de exclusão de responsabilidade sob o olhar da jurisprudência portuguesa recente

CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA

Alienação da propriedade em garantia – uma perspectiva prudente

CARLOS SARDINHA

Um documento acádico da época sargónica: dação em cumprimento e pacto comissório construídos como venda

CATARINA SANTOS BOTELHO

Quo Vadis “doutrina da margem nacional de apreciação”?
– O amparo internacional dos direitos do homem face à universalização da justiça constitucional

CATARINA SERRA

Nótula sobre o art. 217.º, n.º 4, do CIRE (o direito de o credor agir contra o avalista no contexto de plano de insolvência)

CRISTINA DIAS

Breves notas sobre a responsabilidade civil dos cônjuges entre si: O novo regime do art. 1792.º do Código Civil (na redacção dada pela lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro) e a manutenção da irresponsabilidade ao nível dos efeitos patrimoniais do casamento

DIOGO LEITE DE CAMPOS

O casamento como relação de associação

ELSA VAZ DE SEQUEIRA

Da distinção entre limites extrínsecos do direito e limites extrínsecos ao seu exercício

FÁTIMA GOMES

Convention de portage, aquisição de participações sociais temporárias e a proibição de pacto leonino

FERNANDO CONDE MONTEIRO

O alargamento do âmbito de aplicação da suspensão da execução de pena de prisão na Reforma do Sistema Penal de 2007

FERNANDO DE GRAVATO MORAIS

A jurisprudência no triénio posterior à entrada em vigor do NRAU

FERNANDO OLIVEIRA E SÁ

Erro e Validação do Negócio Jurídico. Breves Notas Sobre o Art. 284.º do Código Civil

FILIFE FRAÚSTO DA SILVA

Observações acerca da selecção social no procedimento de despedimento colectivo

FILIFE ALBUQUERQUE MATOS

O Fundo de Garantia Automóvel. Um organismo com uma vocação eminentemente social

GLÓRIA TEIXEIRA | MARIANA FONTES DA COSTA

Título de ocupação, em regime de renda apoiada, de habitações construídas ao abrigo do Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

VOLUME II

HENRIQUE SOUSA ANTUNES

Reflexões sobre o conceito de terceiros à luz da obrigatoriedade registal

JOANA VASCONCELOS

Sobre a protecção da vítima de violência doméstica no direito do trabalho português

JOÃO DE OLIVEIRA GERALDES

«Finis vitae» ou «ficta mortis»?

JOÃO LABAREDA

Contrato de garantia financeira e insolvência das partes contratantes

JOÃO ZENHA MARTINS

Cedência de praticantes desportivos profissionais: especificidades

JOSÉ CARLOS BRANDÃO PROENÇA

A desvinculação não motivada nos contratos de consumo: um verdadeiro direito de resolução?

JOSÉ LUÍS BONIFÁCIO RAMOS

O Animal: Coisa ou Tertium Genus?

JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES

Os Contratos no Código Comercial Português

JOSÉ LEBRE DE FREITAS

Do tribunal competente para a acção de responsabilidade de gerente ou administrador de sociedade comercial

JOSÉ LOBO MOUTINHO

A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido. O pós-Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional

JÚLIO GOMES

Do fundamento do regime da prescrição dos créditos laborais

L. MIGUEL PESTANA DE VASCONCELOS

Notas sobre o penhor irregular

LUÍS MANUEL TELES DE MENEZES LEITÃO

A responsabilidade civil por danos causados ao ambiente

MANUEL JANUÁRIO DA COSTA GOMES

A esfera de bens impenhoráveis e o status do devedor. Breves notas

MANUEL NOGUEIRA SERENS

O (Verdadeiro) Leitmotiv da Criação pelo Legislador Alemão das "Sociedades com Responsabilidade Limitada (Gesellschaften mit beschränkter Haftung)

MARIA DA GRAÇA TRIGO

Das presunções de culpa no regime de responsabilidade civil por acidente de viação

MARIA DO ROSÁRIO EPIFÂNIO

O Plano de Insolvência

MARIA JOÃO MATIAS FERNANDES

O direito aplicável aos negócios relativos a instrumentos financeiros: a disciplina introduzida pelo novo regulamento comunitário sobre a lei aplicável às obrigações contratuais («Roma I»)

MARIA D'OLIVEIRA MARTINS

Caracterização do artigo 22.º da Constituição como uma garantia institucional e algumas notas sobre o regime das garantias institucionais

VOLUME III

MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA | EVARISTO MENDES

Transmissão de acções tituladas nominativas

NUNO MANUEL PINTO OLIVEIRA

O dogma da tipicidade dos vícios da vontade e o contributo do Decreto-Lei n.º 57/2008, de 26 de Março, para a sua superação

NUNO PIÇARRA

O contributo da união europeia para a disciplina jurídica dos prazos de pagamento nas transacções comerciais. A Directiva 2000/35/CE e a sua revisão

PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS

Um “Supremo Tribunal” para a União? Reflexões sobre o lugar do TJCE na arquitectura judiciária europeia

PAULA COSTA E SILVA

O abuso do direito de acção e o art. 22.º do CIRE

PAULO FERREIRA DA CUNHA

Constituição e utopia. E o exemplo da constituição brasileira de 1988

PEDRO MAIA GARCIA MARQUES

Conflituamos – Breve reflexão crítica sobre a possibilidade no Direito de uma teoria de discurso de Habermas, fundada no consenso

PEDRO ROMANO MARTINEZ

Celebração de contratos à distância e o novo regime do contrato de seguro

RITA LOBO XAVIER

O fundamento do Direito das Sucessões e o conceito de sucessão mortis causa no ensino do Professor Luís Carvalho Fernandes

RITA LYNCE DE FARIA

A Sumarização da Justiça Civil

RUI MEDEIROS | ARMANDO ROCHA

Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional

RUI PAULO COUTINHO DE MASCARENHAS ATAÍDE

*Poder paternal, direitos da personalidade e responsabilidade civil.
A vigência dos direitos fundamentais na ordem jurídica privada*

RUI PINTO DUARTE

*A Denunciabilidade das Obrigações Contratuais Duradouras
Propter Rem*

RUI PINTO

*O direito de uso e aproveitamento da terra de Moçambique. Uma
introdução*

SANDRA TAVARES

*Os novos normativos que reestruturam os serviços de saúde pública
e que alteram o regime das autoridades de saúde: breves notas*

SOFIA OLIVEIRA PAIS

*Todos os cidadãos da União Europeia têm direito de circular
e residir livremente no território dos Estados-Membros, mas uns têm
mais direitos do que outros... (breves considerações sobre a livre
circulação de trabalhadores, cidadania europeia e soberania
dos Estados)*

TIAGO MACIEIRINHA

*De Teckal a Coditel Brabant: evolução da jurisprudência comunitária
sobre o conceito de controlo análogo*

VASCO PEREIRA DA SILVA

*"Todos diferentes, todos iguais". Breves Considerações acerca da
Natureza Jurídica dos Direitos Fundamentais*

A limitação temporal do segredo do processo relativamente ao arguido.

O pós-Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional

JOSÉ LOBO MOUTINHO

1. O Acórdão n.º 428/08, de 12 de Agosto, do Tribunal Constitucional

I. No meio da polémica instalada sobre o novo regime do segredo de justiça, foi publicado o Acórdão n.º 428/08 do Tribunal Constitucional, que versa sobre a questão do acesso do arguido aos autos, nos termos do artigo 89.º, n.º 6, do CPP.

Dispõe este que, estando o processo sujeito a segredo de justiça (em relação ao público em geral), findos os prazos de inquérito, o arguido, o assistente e o ofendido “podem consultar todos os elementos de processo”. No entanto, nem sempre esse acesso imediato no final dos prazos de inquérito tem lugar. Assim, de acordo com a mesma disposição, a requerimento do Ministério Público, o juiz de instrução pode determinar que o acesso aos autos seja adiado por um período máximo de três meses. E, além disso, estando em causa crimes de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, esse prazo de três meses ainda pode ser prorrogado, embora por uma só vez.

Ora o Tribunal Constitucional decidiu que esta disposição, pelo menos em determinada interpretação, é inconstitucional, por violação do art. 20.º, n.º 3, da Constituição, que estabelece que “a lei define e assegura a adequada protecção do segredo de justiça”. Assim, seria inconstitucional a interpretação segundo a qual “*é permitida e não pode ser recusada ao arguido, antes do encerramento do inquérito a que foi aplicado o segredo de justiça,*